



Encontro Científico Cultural

27 a 30 de novembro de 2012

ISSN: 2316 - 8021

A Gestão Democrática nas escolas estaduais da 6ª CRE: um processo em decadência

Luciene Amaral da Silva (*Pedagoga –UNEAL - Unidade de Gestão / 6ª CRE*)
Área Temática: Educação

Resumo

A pesquisa teve como objetivo investigar os mecanismos neoliberais que se apresentam como empecilhos a eficácia do processo de gestão democrática nas escolas públicas estaduais a partir da experiência vivenciada na Gerência da Unidade de Gestão. Também buscou analisar o impacto dos elementos neoliberais no processo de seleção de candidatos, na eleição dos gestores e conselheiros e na atuação do gestor nas atividades da escola, desfigurando a gestão democrática nas escolas públicas estaduais sob jurisdição da 6ª Coordenadoria Regional de Educação (6ª CRE) situada no sertão de Alagoas. A pesquisa apontou como maior entrave à eficácia do processo democrático da gestão, a não atuação consciente do Conselho Escolar e o distanciamento do Estado que se exime da responsabilidade ao permitir que a escola seja entregue a situações negligentes de desestruturação mínima para seu funcionamento.

Palavras-Chave: Gestão Democrática; Neoliberalismo; Decadência.

Abstract

The research aimed to investigate the mechanisms neoliberals who present themselves as obstacles to effective democratic management process in public schools from the lived experience in General Management Management Unit. It also sought to examine the impact of the elements neoliberals in the selection process of candidates in the election of managers and directors and acting manager in school activities, disfiguring democratic management in public schools under the jurisdiction of the 6th Regional Center of Education (6th CRE) located in the interior of Alagoas. The research pointed as major hindrance to the effectiveness of the democratic process management, not the conscious action of the School Board and the distancing of the state that is exempt from liability to allow the school to be delivered to neglectful situations of minimal disruption to its operation.

Keywords: Democratic Management; Neoliberalism; decay.

INTRODUÇÃO

A gestão democrática se tornou um marco no modelo organizacional da administração escolar. A LDB legitimou todo o anseio da comunidade educacional para a implantação desse novo modelo de gestão onde se almejava uma gestão participativa, representada por todos os membros da comunidade escolar superando o antigo modelo gerencial baseado na indicação política do representante para desempenhar a função de gestor.

No entanto, a política neoliberal que hegemonicamente sobrevive como força produtiva de existência do capitalismo, fez com que as instituições escolares no decorrer da

história se adaptassem às determinações reprodutivas do sistema, já que o neoliberalismo se utiliza de mecanismos sociais para legitimar seu poder. Com isso, a educação se apresenta como meio de internalizar no indivíduo a ideologia neoliberal de alienação social. Sendo assim, o impacto sofrido pelas escolas se torna cada vez mais visível através das práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto educacional.

No decorrer dos anos, a educação de Alagoas sempre se evidenciou em números alarmantes de ausência de qualidade. O estado sempre esteve nos últimos lugares em qualidade e no primeiro em decadência. Com objetivos desnorteadores, não se sabe se essa política educacional já se tornou propositadamente bandeira para o advento de recursos ou projetos, pois o projeto neoliberal acredita que um povo instruído se torna uma ameaça organizada ao próprio sistema. Investigar o impacto do neoliberalismo na gestão democrática das escolas públicas estaduais se tornou um grande desafio diante do cenário degradante pelo qual passa as escolas no conturbado e deplorável ano de 2012. O afastamento do Estado nas responsabilidades de sua competência contribuiu para que as escolas apresentem no momento atual uma gama de problemas de ordem administrativa e institucional contribuindo com o declínio educacional no estado de Alagoas.

Implantado há mais de dez anos no estado de Alagoas, a rotatividade dos gestores e a ausência de professores para candidatar-se fazem o atual modelo de gestão entrar em decadência. Essa decadência se tornou resultado da excessiva atribuição à figura do gestor de todas as responsabilidades pela organização e gerenciamento da escola, escamoteada na proposta democrática de gestão. Falar em democracia diante de atual panorama de descaso com a educação do estado é se perder em discursos evasivos de uma política hegemônica que contribui com a propagação do neoliberalismo desde os bancos acadêmicos até o chão das escolas de educação básica.

O processo de gestão democrática compreende desde a eleição de diretor até a eleição do Conselho Escolar, colegiado representativo dos segmentos da comunidade escolar. O Conselho na escola é uma ferramenta que busca outra forma de pensar e conceber a gestão da escola. Com atribuições de acompanhar, verificar, normatizar e executar propostas e metas elaboradas pela escola, o Conselho Escolar tem um papel importante na observação da organização do espaço pedagógico bem como no acompanhamento e verificação dos resultados do desenvolvimento pedagógico das práticas que a escola elabora e aplica coloca para melhorar a qualidade da educação ofertada por ela.

O Conselho Escolar se encontra atualmente sem poder desempenhar suas funções dentro da escola porque passa por dificuldades estruturais de formação, atuação, comprometimento, levando a recusa dos membros que são passíveis da candidatura a se recusarem a concorrer ao pleito alegando não ter tempo para participar das reuniões, como é detectado nos discursos, tendo a consciência e conhecimento de que o conselho vive apenas de reunião. A recusa não parte apenas dos pais, alunos e servidores em participar do Conselho Escolar já que ser membro do Conselho Escolar implica adicionar às atividades dos servidores a preocupação e a disponibilidade em participar de todo o processo de gestão, através das reuniões, prestação de contas, etc., parte também dos professores segmento apto pelo decreto de número 2.916/24 de 2005 a candidatar-se ao pleito de gestor da escola.

A 6ª Coordenadoria Regional de Educação, com sede em Santana do Ipanema, abriga dezenove escolas pertencentes a nove municípios do sertão de Alagoas. Com o objetivo

de assessorar as escolas no desenvolvimento das suas ações, a entidade muitas vezes se encontra de mãos atadas na busca por intermediar soluções entre as escolas e a Secretaria Estadual de Educação. Dentre as escolas da 6ª CRE, a Escola Estadual de Areia Branca se tornou o foco de investigação da pesquisa, por apresentar uma realidade incomum em relação as demais escolas. O prédio da escola abriga duas redes de ensino, uma estadual e outra municipal, ou seja, funcionam duas escolas no mesmo prédio, que até o momento o processo de usucapião do terreno ainda tramita na justiça.

A escola conta com o trabalho de professores-monitor que no ano de 2012 está em carência geral, levando a diretora e a coordenadora pedagógica a ministrar aulas para os alunos, bem como abrir e fechar portões, já que a escola não dispõe de vigilantes para os turnos acumulando por sua vez funções que não caracterizam sua atuação nos cargos. A escola está mergulhada num quadro de gestão defasado, decadente e agressivo, desconfigurando todo o processo democrático de gestão caracterizado pela participação de todos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação como fenômeno social não poderia mais sobreviver em mundo de constantes mudanças com um modelo de gestão baseado na indicação de governos sem a participação da comunidade escolar. A gestão democrática tornou-se uma necessidade para garantir a sobrevivência do sistema educacional. A superação do modelo tradicional de indicação do diretor já não conseguiria mais existir diante da pressão da sociedade em se organizar também dentro do espaço escolar.

A Carta de Princípios da Educação (2000), oriunda das discussões do I Congresso Estadual Constituinte Escolar do estado de Alagoas, trouxe no Eixo Gestão Educacional, no item um, a proposta de implantação de um Conselho Escolar representado por todos os segmentos da Comunidade. A gestão da escola precisava mudar para garantir a participação de todos os envolvidos no processo de decisão, de mudança e de melhoria da qualidade da educação que estava sendo ofertada, já que a centralização do processo apenas na figura do gestor era visto como principal empecilho ao desenvolvimento organizacional da educação escolar.

Por não ter a totalidade de seus membros representados nas discussões e decisões, a escola estaria mais vulnerável ao fracasso, já que apenas um pensava a escola e os demais executavam. Diante dessa realidade a proposta de uma gestão compartilhada, onde todos os membros fossem representados em um colegiado e que as decisões perpassassem por todos, oportunizaria a escola a promoção de uma educação igualitária e de qualidade.

O projeto neoliberal que transforma tudo em mercadoria, bem de consumo, “mercantilizando a vida cotidiana... que associa a eficácia e modernidade à empresa privada” (SANTOMÉ, 2003, pg. 30), se tornou o maior entrave ao desenvolvimento da educação e do processo de gestão democrática. O modelo vigente apresenta fissuras estruturais e de execução que ameaçam a democracia do processo, deixando de ser uma escolha de todos para voltar a ser uma indicação subordinada a mera vontade de quem está no poder. Por se apresentar como um processo solitário onde atribui apenas ao diretor a responsabilidade pela administração, gerir uma escola atualmente é amargar uma excessiva carga de trabalho e se angustiar em meio a descaso a quem são constantemente submetidos.

“Os que apostam no neoliberalismo sabem muito bem que o sistema educacional pode desempenhar um papel importante na atual reestruturação do capitalismo”. (SANTOMÉ, 2003, p.31), tornando-a apenas subserviente aos interesses econômicos do mercado. Para o capitalismo a escola precisa apenas preparar mão de obra que se contente com o pouco que recebe e não questione ordens de superiores e para isso a escola não precisa ser eficiente.

A constatação de que o processo de gestão se encontra em decadência e que a interferência neoliberal vem desfigurando o processo foi ilustrado com o início do ano letivo de 2012 nas escolas públicas estaduais de Alagoas. Atraso do ano letivo, ausência de professores e demais servidores para o início das aulas, reformas em escolas após o início do ano letivo, levando o gestor a assumir papéis que não fazem parte de suas atribuições só para manter a escola aberta. A alienação já impregnada leva o gestor a defender uma bandeira que também o oprime, por isso que escola é importante para servir ao capitalismo, pois é através dela que pode ser disseminada e internalizada suas ideias pelos indivíduos.

O acúmulo de tarefas e responsabilidades na atuação do Conselho Escolar bem como toda a burocracia gera um sentimento de recusa por parte de todos os membros que se encontram aptos para a candidatura ao Conselho Escolar e a Gestão. Um gestor necessita de várias atribuições para o desenvolvimento da sua função:

Relacionar-se bem, de forma dialogada, com a comunidade escolar e ainda, conjuntamente com o Conselho Escolar, realizar toda prestação de contas do erário público que chegam através dos programas como: Programa de Dinheiro Direto na Escola-PDDE, programa de Alimentação Escolar – PNAE, Projeto de Desenvolvimento da Escola PDE, entre outros, que exigem conhecimento e proficiência de um contador. (CAVALCANTE, 2011).

A resistência dos professores para se candidatarem ao cargo de diretor é também identificada na escolha dos candidatos deste segmento para o Conselho Escolar, uma instituição que precisa de reformas. Ser membro do Conselho Escolar implica adicionar às atividades do professor a preocupação e a disponibilidade em participar de todo o processo de gestão, prestação de contas, etc.. A realidade das escolas públicas da rede estadual de Alagoas desencoraja ainda mais os professores para as candidaturas ao Conselho Escolar e a direção da escola.

Os discursos neoliberais enfatizam com primazia a democratização do processo de gestão das escolas públicas, alimentando a crença de que esse modelo de gestão irá proporcionar a mudança no cenário educacional brasileira relegando ao Conselho Escolar a atribuição de resolver toda a problemática do universo escolar.

Não se pode culpar a educação por algo que não originou, mas que é fruto da atual reorganização dos mercados, da produção capitalista e do reaparecimento das ideologias e dos discursos legitimadores e promotores de concepções da sociedade coerentes com essa perspectiva monetarista e consumista da vida. (SANTOMÉ, 2003, p. 37).

O processo de gestão democrática nas escolas públicas da rede estadual educação de Alagoas foi efetivada a partir de 1999 e mais de uma década depois é percebido os entraves ao sucesso desse modelo mediante questões estruturais e conjunturais no modo de gerenciamento da educação estadual. A situação mais recente do último processo de eleição para Conselheiros e Gestores da 6ª Coordenadoria Regional de Educação, trouxe uma preocupação maior para o futuro do processo democrático nas escolas sertanejas. Foram feitas várias indicações de professores para desempenhar a função de diretor no biênio 2011/2012, e foi constatados que todos os indicados não faziam parte do quadro efetivo das escolas para as quais foram indicados.

Nos discursos dos diretores que ainda permanecem para cumprir o prazo de dois anos de mandato de acordo com o decreto estadual nº 2.916/2005, reeleição não faz parte de seus projetos dentro da escola. A omissão e o descaso do Estado contribuem ainda mais na decisão do professor em se candidatar a diretor de escola. Burocracia exacerbada, gratificação ínfima em relação a realidade escolar, prestação de contas dos recursos, problemas estruturais, ausência de professores e demais servidores, a não atuação do Conselho Escolar causam a decadência do processo de gestão democrática nas escolas públicas estaduais de Alagoas.

Outro fator massificante para o gestor da escola pública estadual é a exacerbada burocracia. A torrente de documentos exigidos pela SEE (Secretaria Estadual de Educação), os mais diversos projetos em que a escola “precisa” participar, sem levar em consideração os projetos já propostos por ela, as semanas temáticas, além de todo o processo de compras e prestação de contas dos recursos federais, são atribuições em demasia que geram angústias e desolação em que está na direção da escola. Mas, ainda há os que firmam que o gestor toma decisões sozinho, não constitui uma equipe para auxiliá-lo no desenvolvimento dos projetos, da burocracia em geral e esquece do Conselho Escolar para gerir em conjunto todo o processo de gestão.

O quadro atual das escolas da rede pública estadual apresenta uma gama de variações que impedem o processo coletivo. A ausência de professores é o motivo mais crucial de toda a problemática, seguindo do número reduzido de servidores da área administrativa, escolas sem estruturas para funcionamento, etc.. As escolas estaduais de Alagoas não estão mais conseguindo manter esse modelo falido de gestão democrática, onde o Estado se exime de sua responsabilidade, fragilizando assim o atual modelo de gestão e como consequência o aumento do número de indicação de gestores para atuar nas escolas num processo que deveria ser de escolha democrática por falta de candidatos para a função de diretor.

MÉTODOS

Para a realização da pesquisa foi utilizado o método de pesquisa qualitativo-interpretativo que teve como base o estudo de caso partindo da realidade, através de visitas às escolas, reuniões de sensibilização, entrevistas aos candidatos e acompanhamento após a nomeação e atuação dos gestores em cada unidade de ensino com pesquisa de satisfação e demais instrumentos de verificação.

A coleta foi feita através de questionários, entrevistas e acompanhamento em reuniões realizadas pela Unidade de Gestão da 6ª Coordenadoria Regional de Educação em todas as escolas e em particular na escola foco de análise que foi a Escola Estadual de Areia

Branca, onde permite ao investigador verificar nos discursos dos envolvidos a visão geral do processo baseado em cada experiência.

Os sujeitos da pesquisa foram dezenove gestores das escolas públicas estaduais com no mínimo uma gestão, a chefe da Unidade de Gestão da 6ª Coordenadoria Regional de Educação e a gestora da escola foco de análise. Para a coleta dos dados foram construídos questionários baseado na experiência deles como gestor, investigando desde a aceitação para concorrer ao cargo, como a impressionante opção de reeleição apontada por apenas um gestor.

Os dados foram coletados desde novembro de 2010 durante o processo de eleição até junho de 2012 no período que envolve mais de cinquenta por cento da gestão durante as reuniões da Unidade de Gestão.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados coletados através dos questionários e das entrevistas, bem como das reuniões com os gestores e a Unidade de Gestão depois de analisados revelaram que alguns gestores aceitaram a candidatura por acreditar que poderiam contribuir com a escola, com a comunidade onde reside de forma a melhorar a qualidade do trabalho e engajar comunidade e escola na busca de uma educação igualitária e de qualidade. No entanto, ao se deparar com situações absurdas de ausência de professor numa escola que o mínimo a ser ofertado para que as atividades sejam realmente efetivadas, a motivação foi desmoronada e o mesmo se encontrou sozinho para resolver situações que não lhe compete.

Com isso, no discurso é observado que o professor ainda tem a intenção de participar de uma gestão verdadeiramente democrática e que anseio pela melhoria da educação baseada nos princípios de gerenciamento participativo onde todos, desde o estado, até o Conselho Escolar possam contribuir diante do que lhes compete com o bom funcionamento da escola e da aprendizagem, já que o maior prejudicado se torna o aluno, seguido da família e da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática no decorrer de seus dez anos de implantação se sente ameaçada por conta da negligência dos entes a quem lhe compete resolver essa situação. Os gestores afirmam que não é viável desenvolver uma proposta de trabalho que é apresentada no momento da candidatura em um espaço desolador como se tornou a escola pública estadual no ano de 2012. A atuação do Conselho Escolar também é afetada por conta da impossibilidade do mesmo diante de problemas que não são de sua competência. Amigo da escola não resolve, é apenas mais uma alienação de isenção de responsabilidade colocando dentro das escolas pessoas que não são preparadas para desempenhar atividades pedagógicas que garantam a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Sendo assim, a pesquisa constatou que a decadência da proposta democrática da gestão perpassa pelo entrave neoliberal que leva o Estado a se eximir de suas responsabilidades e culpar a escola por não conseguir resolver seus problemas. Problemas estruturais e principalmente ausência de professores, é negada como causas principais da falência do processo. Ou o Estado rever seu posicionamento diante da situação atual das escolas

públicas em Alagoas, com projetos incentivadores e eficientes de estímulo a continuação da proposta de Gestão Democrática para as escolas, ou seremos testemunhas do retrocesso da gestão que será feita através de indicação como outrora e que não deu certo.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Educação e do Esporte. Decreto nº 2.916/24 de novembro de 2005.

CARTA DE PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO. Construindo a Escola Cidadã. Maceió/AL:Ed. Gazeta de Alagoas, abril 2000.

CAVALCANTE, Claudia Campos. **Revisitando a gestão democrática do sistema público de educação de Alagoas**. Mestranda em Educação - CEDU-UFAL, Componente do Grupo de Pesquisa GEPE, da mesma Universidade: Maceió/AL: Edufal, 2011.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 de 23 de dezembro de 1996**. Editora do Brasil S/A.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. 1ª ed. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2005.

SANTOMÉ. Jurjo Torres. **A Educação em tempos de neoliberalismo**. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.